JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE — EMENDA CONSTITUCIONAL SUPERVENIENTE — PREJUDICIALIDADE

1. A medida cautelar, no caso, foi deferida a 24 de setembro de 1997, quando ainda estavam em vigor, em sua redação originária, os textos do art. 37, XI, e do art. 39, § 1º, da Constituição Federal de 05.10.1988.

2. Contudo, a 5 de junho de 1998, entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, que deu tratamento inteiramente diverso às matérias neles reguladas.

3. Em suma, já não estão em vigor os textos originários do art. 37, XI, e do art. 39, § 1º, da C.F./88, cuja aparente violação foi levada em consideração, para o efeito da concessão da medida cautelar de suspensão da E.C. nº 20, de 10.09.1997, do Estado de Goiás, que acrescentou o § 8º ao art. 92 da Constituição Estadual.

4. Ora, é pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que, no controle concentrado de constitucionalidade, realizado no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade, de que trata o art. 102 da C.F./88, o texto a ser confrontado com a Constituição é de ato normativo federal ou estadual elaborado durante sua vigência e desde que aquela (a Constituição) continue em vigor.

5. No caso, porém, a norma impugnada (§ 8º do art. 92 da Constituição de Goiás, acrescentado pela Emenda Constitucional Estadual nº 20, de 10.09.1997) é anterior à nova redação dos referidos artigos 37, XI, e 39, § 1º, da C.F./88.

6. Se esse novo texto das normas constitucionais federais revogou, ou não, a norma estadual objeto da impugnação, é questão que só se pode resolver no controle difuso de constitucionalidade, ou seja, na solução de casos concretos, nas instâncias próprias. Não, assim, no controle concentrado, “in abstracto”, da Ação Direta de Inconstitucionalidade, na qual o Supremo Tribunal Federal só leva em conta o texto constitucional em vigor, não, portanto, o revogado ou substancialmente alterado.

7. Em circunstâncias assemelhadas, o Plenário do Supremo Tribunal Federal já julgou prejudicadas algumas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, em face de alterações substanciais no texto originário da C.F./88 (Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 1.137, 575, 512 e 1.907).

8. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada prejudicada, ficando, em consequência, cassada a medida cautelar.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.674

Requerente: Procurador Geral da República

Requerido: Assembléia Legislativa do Estado de Goiás

Relator: Sr. Ministro SYDNEY SANCHES

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por votação unânime, julgar prejudicada a ação direta, em face da superveniência da Emenda Constitucional nº 19/98, que deu nova redação ao art. 37, XI da Constituição Federal, cassando-se, em consequência, a medida cautelar anteriormente concedida. Votou o Presidente. Ausente, justificadamente, o Ministro CARLOS VELLOSO.

Brasília, 29 de março de 1999.

CELSO DE MELLO — PRESIDENTE
SYDNEY SANCHES — RELATOR

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO SYDNEY SANCHES — (Relator):

1. O Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, Dr. GERALDO BRINDEIRO, no parecer de fls. 62/65, fez a seguinte exposição (fls. 62/64):

“O Procurador-Geral da República ajuizou a presente Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, visando à declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 20/97, promulgada pela Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás em 10 de setembro de 1997, vazada nos seguintes termos:

“§ 8º — É vedado aos Chefes e demais membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, aos agentes políticos, aos funcionários, servidores e empregados públicos, civis e militares, ativos e inativos, inclusive

pensionistas, no âmbito da administração estadual, direta e indireta, perceber, mensalmente, remuneração, provento ou pensão, a qualquer título, em quantia superior à percebida pelo Governador do Estado.

I — Excluem-se do limite estabelecido neste parágrafo o décimo terceiro salário, a remuneração de férias e a retribuição em razão de acumulação legítima de cargos ou funções públicas e mandatos eletivos.

II — Toda remuneração que estiver sendo percebida além do limite estipulado neste artigo será reduzido ao valor ali estipulado”.

2. Alega que a norma impugnada desrespeitou dois dispositivos constitucionais.

3. O art. 37, inciso XI, porque estabeleceu como limite máximo de remuneração para os Chefes e demais membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os agentes políticos, os funcionários, servidores e empregados públicos, civis e militares, ativos e inativos, inclusive pensionistas, no âmbito da administração estadual, direta e indireta, aquela recebida pelo Chefe do Executivo Estadual, o Governador do Estado, quando, na verdade, deveria se reportar, no âmbito do Poder Executivo, àquela percebida pelos Secretários de Estado e, nos demais Poderes, aos Deputados Estaduais e Desembargadores.

4. O art. 39, § 1º, porque excluiu do limite estabelecido apenas o décimo terceiro salário, a remuneração de férias e a retribuição devida em razão de acumulação legítima de cargos ou funções públicas e mandatos eletivos, devendo ser reduzido ao valor máximo estipulado toda remuneração que exceder o limite estipulado.

5. Na Sessão Plenária realizada em 24/9/97, o Tribunal, por votação unânime, conheceu da Ação Direta de Inconstitucionalidade e de-

feriu a medida cautelar pleiteada para suspender, até a decisão final da ação, com eficácia *ex nunc*, a execução e aplicabilidade da Emenda Constitucional.

6. Chamado a prestar informações, o ilustre Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás sustentou que o Procurador-Geral da República está equivocado na interpretação dos preceitos legais que determinam a incorporação da gratificação de representação e da gratificação adicional por tempo de serviço público aos proventos. Isso porque todo servidor público estadual, ocupante de cargo efetivo, que satisfizer os requisitos da lei, tem direito à incorporação das aludidas vantagens quando da aposentadoria. Assevera, ainda, que descabe invocar direito adquirido quanto à irredutibilidade dos proventos de aposentadoria, pois o limite do teto constitucional está expresso no texto da Constituição Federal.

7. Manifestando-se o Advogado-Geral da República em defesa do ato impugnado, após o relato dos fatos, concluiu que a requerida almejou, tão-somente, moralizar a Administração Pública, quando determinou a redução dos vencimentos dos servidores públicos estaduais que estivessem em desacordo com os limites impostos pelo Estatuto Maior, *ex vi* do inciso XI do artigo 37 do corpo permanente, e do artigo 37 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”

2. Em seguida opinou pela procedência da ação, pelas razões expostas a fls. 64/65.

É o *Relatório* do qual encaminhadas cópias aos Srs. Ministros.

VOTO

O SENHOR MINISTRO SYDNEY SANCHES — (Relator):

1. A medida cautelar foi deferida nestes autos, por acórdão que relatei a fls. 26/35 e assim ementado a fls. 34:

“EMENTA: — DIREITO CONSTITUCIONAL.

TETO DE VENCIMENTOS E PROVENTOS (ART. 37, XI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

VANTAGENS PESSOAIS (ART. 39, § 1º).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20, DE 10.09.1997, DO ESTADO DE GOIÁS. MEDIDA CAUTELAR.

1. A Emenda Constitucional nº 20, de 10.09.1997, do Estado de Goiás, acrescentou o § 8º do art. 92 da Constituição Estadual, nestes termos:

“§ 8º — É vedado aos Chefes e demais membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, aos agentes políticos, aos funcionários, servidores e empregados públicos, civis e militares, ativos e inativos, inclusive pensionistas, no âmbito da administração estadual, direta e indireta, perceber, mensalmente, remuneração, provento ou pensão, a qualquer título, em quantia superior à percebida pelo Governador do Estado.

I — Excluem-se do limite estabelecido neste parágrafo o décimo terceiro salário, a remuneração de férias e a retribuição devida em razão de acumulação legítima de cargos ou funções públicas e mandatos eletivos.

II — Toda remuneração que estiver sendo percebida além do limite estipulado neste artigo será reduzido ao valor ali estipulado”.

2. A Emenda Constitucional estadual, em questão, a um primeiro exame, para o efeito de Medida Cautelar, parece violar o disposto na Constituição Federal, pois estabelece, como teto de vencimentos, os do Governador do Estado, quando deveria se referir aos percebidos pelos Deputados Estaduais, pelos Secretários de Estado e pelos Desembargadores do Tribunal de Justiça. E ainda considera abrangidas por esse teto as vantagens pessoais percebidas pelos servidores públicos, quando estas dele se acham excluídas, nos termos dos artigos 37, XIII, e 39, § 1º, da C.F. de 1988, segundo jurisprudência firmada pelo S.T.F., seja em Ações Diretas de Inconstitucionalidade, seja em Recursos Extraordinários.

3. Satisfeito o requisito da plausibilidade jurídica da ação (“*fumus boni iuris*”), assim como o do “*periculum in mora*”, defere-se a Medida Cautelar para suspensão, “*ex-nunc*”, da eficácia da E.C. nº 20/97, do Estado de Goiás, até o julgamento final da ação.

4. Plenário. Decisão unânime, quanto à con-

cessão da medida, e, por maioria, quanto a sua eficácia.”

2. O deferimento da cautelar ocorreu a 24 de setembro de 1997, quando ainda estavam em vigor, em sua redação originária, os textos do art. 37, XI, e do art. 39, § 1º, da Constituição Federal de 05.10.1988, a saber:

“Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

.....
XI — a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos Poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qual quer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e, nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito;”

“Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1.º A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciária, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.”

3. Contudo, a 5 de junho de 1998 entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, que modificou o regime e dispôs sobre princípios e normas de Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e deu outras providências.

Entre as várias alterações que trouxe ao

texto originário da Constituição de 05.10.1988, a E.C. nº 19/98, no art. 3º, assim dispôs:

“Art. 3º — O “caput”, os incisos I, II, V, VII, X, XI, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XIX e o § 3º do art. 37 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se ao artigo os §§ 7º e 9º:

.....
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XI — a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.”

4. Além disso, o art. 48 da Constituição Federal de 05.10.1988, por força do art. 7º da E.C. nº 19/98, passou a ter um inciso XV, ficando, no ponto, assim redigido:

“Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

XV — fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.”

5. Observo que essa fixação não ocorreu, até esta data, porque os responsáveis pela iniciativa conjunta da lei não chegaram a um consenso a respeito do montante do teto a ser observado e por isso não enviaram seu projeto ao Congresso Nacional.

Mas, por aí já se vê quão profunda foi a alteração ocorrida nos textos originários do art. 37, XI, da Constituição Federal de 05.10.1988.

6. E não é só.

Também o art. 39, § 1º, da C.F./88 sofreu total modificação, por força do art. 5º da E.C. nº 19/98, tendo hoje esta redação:

“Art. 39 — A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

§ 1º — A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

.....”

7. Em suma, já não estão em vigor os textos originários do art. 37, XI, e do art. 39, § 1º, da C.F./88, cuja aparente violação foi levada em consideração, para o efeito da concessão da medida cautelar de suspensão da E.C. nº 20, de 10.09.1997, do Estado de Goiás, que acrescentou o 8º ao art. 92 da Constituição Estadual.

8. Ora, é pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que, no controle concentrado de constitucionalidade, realizado no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade, de que trata o art. 102 da C.F./88, o texto a ser confrontado com a Constituição é de ato normativo federal ou estadual elaborado durante sua vigência e desde que aquela (a Constituição) continue em vigor.

9. No caso, porém, a norma impugnada (§ 8º do art. 92 da Constituição de Goiás, acrescentado pela Emenda Constitucional Estadual nº 20, de 10.09.1997) é anterior à nova redação dos referidos artigos 37, XI, e 39, § 1º, da C.F./88.

10. Se esse novo texto das normas constitucionais federais revogou, ou não, a norma estadual objeto da impugnação, é questão que só se pode resolver no controle difuso de constitucionalidade, ou seja, na solução de casos concretos, não, assim, no controle concentrado, “in abstrato”, da Ação Direta de

Inconstitucionalidade, na qual o Supremo Tribunal Federal só leva em conta o texto constitucional em vigor, não, portanto, o revogado ou substancialmente alterado.

11. Em circunstâncias semelhantes, o Plenário do Supremo Tribunal Federal já julgou prejudicadas algumas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, em face de alterações substanciais no texto originário da C.F./88 (Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 1.137, 575, 512 e 1.907).

12. Isto posto e valendo-me também dos fundamentos deduzidos nesses precedentes, julgo PREJUDICADA a presente Ação Direta de Inconstitucionalidade e, em consequência, cassa a medida cautelar deferida a fls. 26/35 destes autos.

EXTRATO DE ATA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE nº 1.674-5

PROCED.: GOIÁS

RELATOR.: MIN. SYDNEY SANCHES

REQTE.: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

REQDO.: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

Decisão: O Tribunal, por votação unânime, julgou *prejudicada* a ação direta, em face da *superveniência* da Emenda Constitucional nº 19/98, que deu nova redação ao art. 37, XI da Constituição Federal, *cassando-se*, em consequência, a medida cautelar anteriormente concedida. Votou o Presidente. Ausente, justificadamente, o Ministro Carlos Velloso. Plenário, 29.3.99.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Sydney Sanches, Octávio Gallotti, Sepúlveda Pertence, Marco Aurélio, Ilmar Galvão, Maurício Corrêa e Nelson Jobim.

Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro.

Luiz Tomimatsu

Coordenador